



EDIÇÃO 207 ABRIL 2019

DECISÃO

Presidente mantém
rotina no interior

PÁGINA 8

Ministros do STF e da
Justiça atestam Apac

PÁGINA 12

Associação atua por
VTM e benefícios

PÁGINA 9

Amagis homenageia
magistradas mineiras

PÁGINAS 14 E 15

Rua Albita, 194 - Cruzeiro - Belo Horizonte MG CEP 30.310-160

Receba informações da Amagis pelo Whatsapp ou Telegram [\[31\] 99881-4367](https://www.whatsapp.com/channel/002591998814367)

Amagis amplia parcerias contra ameaças da reforma

TIAGO PARRELA



Em março, o presidente Alberto Diniz participou de várias reuniões e debates, em Brasília e Minas, com parlamentares e dirigentes associativos de diversas categorias, a fim de intensificar a atuação conjunta contra ameaças da reforma da Previdência, além de iniciativas técnicas como as palestras realizadas na Amagis, AMB e AMMP. **PÁGINAS 3 A 7**

+SAÚDE!

**ATENDIMENTO É APRIMORADO COM
CERTIFICAÇÃO DE OUVIDORIA** PÁGINA 28

NÃO ACEITAREMOS SER BODE EXPIATÓRIO DA REFORMA

POR ALBERTO DINIZ*

“Se tem que ser feita, a reforma da Previdência não pode eleger bodes expiatórios nem demonizar as carreiras de estado, como a Magistratura”

Como acontece em todo o mundo, a previdência passa sempre por ajustes que são compreensíveis, como a demografia, situação econômica, redução de déficit, entre outros. Ainda assim, as verdadeiras causas do déficit brasileiro não são tratadas com transparência, mas, sabemos, que os grandes devedores do INSS não são cobrados. Em dezembro de 2018, a dívida era de R\$ 492 bilhões, segundo números oficiais. Também poderiam e deveriam ser questionadas as desonerações fiscais e a desvinculação de receitas da União.

Esses dados compõem o chamado déficit da Previdência, que, somados à experiência frustrada de outros países, em especial a do Chile, que inspirou parte da proposta brasileira, reafirmam a necessidade de debatermos a PEC do governo com profundidade e sem pressa. Para se ter uma ideia, no país vizinho, boa parte das pessoas recebe cerca de 30% do que foi prometido, sendo que a maioria dos benefícios pagos, cerca de 79%, está abaixo do salário mínimo chileno.

Até o momento, todas as análises jurídicas da reforma, feitas por especialistas em direito previdenciário, como a de nosso colega, Jorge Franklin, em palestra na Amagis, no último dia 25, alertam para o ponto mais preocupante que é a desconstitucionalização da Previdência. Ao desproteger o núcleo essencial mexe com a vida e a dignidade das pessoas, causando insegurança, não só jurídica.

Além disso, o texto da PEC institui alíquotas progressivas e extraordinárias só para servidor público. Se tem que ser feita, a reforma não poderia eleger bodes expiatórios nem demonizar as carreiras de estado, como a Magistratura. Estamos abertos ao diálogo, mas focados na defesa da classe e de outras carreiras jurídicas e de estado, debatendo pontos convergentes de atuação das várias entidades parceiras, como a mobilização contra o tratamento dispensado pelo Governo federal aos servidores públicos. Paralelamente, estamos elaborando estudos contra a ausência de regras de transição, a capitalização previdenciária, a desconstitucionalização, alíquotas progressivas e extraordinárias e a redução do valor das pensões em mais de 60%.

Da forma como está, a reforma destrói as bases da seguridade social e transfere para cada cidadão e familiares a responsabilidade pelos direitos construídos ao longo da vida e de nossa história. Precisamos estar juntos, ao lado de nossos parceiros, na defesa dos direitos e garantias.●

[*] Presidente da Amagis

ÍNDICE



- Associações mostram força contra reforma da Previdência **PÁG 03**
- Amagis debate Previdência com magistrados **PÁG 04**
- Tire suas dúvidas sobre a reforma da Previdência **PÁG 06**
- Atuação conjunta reforça luta contra reforma **PÁG 07**
- Presidente retorna ao interior **PÁG 08**
- Amagis requer regularização de benefícios de pensionistas **PÁG 09**
- Presidente do STF sela Apac como política nacional **PÁG 12**
- Ministro palestra sobre o papel do Estado no TJMG **PÁG 13**
- Magistradas são destaque na Amagis **PÁG 14**
- Conselho aprova contas de 2018 por unanimidade **PÁG 17**
- Nutris inaugura nova sala **PÁG 18**
- Coinj incentivará adoções tardias com aplicativo **PÁG 19**
- Caxambu preserva tradição e religiosidade da Semana Santa **PÁG 20**
- Juízes participam de corrida em apoio ao combate à corrupção **PÁG 26**

+SAÚDE!

- Amagis participa de seminário sobre saúde de magistrado **PÁG 26**
- Médica alerta para riscos e cuidado com a pele **PÁG 28**

PRESIDENTE

Desembargador Alberto Diniz Junior

Vice-presidente Administrativo:

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente Financeira:

Juiza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente de Saúde:

Juiza Rosimere das Graças do Couto

Vice-presidente dos

Aposentados e Pensionistas:

Juiza Marli Maria Braga Andrade

Vice-presidente do Interior:

Juiz Paulo Fernando Naves de Resende

Vice-presidente

Sociocultural-Esportivo:

Juiz Jorge Paulo dos Santos

Diretora-Secretária:

Juiza Ivone Campos Guillarducci
Cerqueira

Diretor-Subsecretário:

Juiz Evandro Cangussu Melo

Diretora de Comunicação:

Juiza Cristiana Martins Gualberto
Ribeiro



Rua Albita, 194 - Cruzeiro - Belo Horizonte - MG - Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo ·
Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Baçvaroff · Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques · Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela · Mtb - MG: 14634
Izabela Machado · Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico:

Agência Graffo

Diagramação:

Publicare Design

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

Associações mostram força contra reforma da Previdência

Presidentes pediram presença do ministro da economia na CCJ

DIVULGAÇÃO



Presidentes da Amagis, AMB e AMARN (D), com o deputado Gil Cutrin (C)

Em um corpo a corpo intenso junto a parlamentares no Congresso Nacional, a Amagis, AMB e demais Associações de magistrados deram uma demonstração de força e união, no dia 26 de março, em Brasília, quando foi realizada a reunião da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados para discutir a proposta do Governo Federal de reforma da Previdência.

Com a desistência do ministro da Economia Paulo Guedes de participar da audiência, as articulações na Câmara dos Deputados giraram em torno da possibilidade da convocação do ministro para a nova sessão da CCJ. Esse foi também o tema da reunião dos presidentes da AMB, juiz Jayme de Oliveira, da Amagis, desembargador Alberto Diniz Junior, da Associação dos Magistrados do Rio Grande do Norte (Amarn), Herval Sampaio, com o deputado federal Gil Cutrim (PDT/MA).

A pedido dos presidentes das Associações, Cutrim concordou em apresentar requerimento solicitando a convocação do ministro Paulo Guedes à CCJ. Ao final do dia, depois de muito debate e apresentação por outros parlamentares de propostas semelhantes à dos magistrados, os deputados fecharam acordo por novo convite ao ministro para participar, no dia 3 deste mês, desse colegiado.

A partir de uma avaliação de que é possível ganhar tempo enquanto o Governo Federal busca mais coesão em torno da reforma da Previdência, o presidente da Amagis, juntamente com a AMB e demais Associações de classe, tem trabalhado para apresentar propostas de emenda ao projeto a fim de evitar riscos aos direitos adquiridos pela Magistratura.

Segundo Alberto Diniz, o projeto apresentado pelo governo envolve mais de dois mil regimes próprios de Previdência, afetando cerca de seis milhões de pessoas no País. "Isso mostra a importância do debate, a necessidade do nosso acompanhamento de perto e esclarecimentos do senhor ministro", afirmou.●

ALFA FINANCEIRA

AMAGIS
ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

REALIZE SONHOS COM A ALFA!

Associado da Amagis, conte com o apoio de uma equipe de profissionais especializados que proporciona **segurança e rapidez** na liberação de crédito. Alcance seus objetivos **sem preocupações** com o **Empréstimo Consignado Alfa**.

Portabilidade de dívida sem a necessidade de abertura de conta corrente

Taxas a partir de 1,25%* a.m.

0800 323 2532 [FINANCEIRAALFA.COM.BR](https://www.financeiraalfa.com.br) [/FINANCEIRAALFA](https://www.facebook.com/financeiraalfa)

Subito a análise cadastral, aprovação de crédito e margem consignável disponível. O CDT - Custo Real Total - será apresentado pela Alfa na ocasião da contratação. Condições sujeitas a alteração sem prévio aviso. SAC 0800 725-0044 / Ouvidoria 0800 722 0140 Exclusivo para deficientes auditivos e de fala SAC 0800 770/3244 / Ouvidoria 0800 770-5140



“Não podemos permitir a retirada de diretos e garantias fundamentais que afetem as condições de vida de magistrados e demais membros das carreiras jurídicas”

Alberto Diniz
presidente da Amagis



“É uma nova previdência mesmo, pois desconstitui o que hoje possa se pensar sobre a previdência social”

Herval Sampaio
presidente Amarn

Amagis debate Previdência com magistrados

Palestra aprofundou debate sobre o tema e esclareceu dúvidas dos juízes

FOTOS: TIAGO PARRELA



Herval Sampaio, Alberto Diniz, Jorge Franklin e Enéias Xavier

Como parte das iniciativas realizadas para avaliar os impactos sobre a carreira e fortalecer a atuação contra a reforma da Previdência, a Amagis promoveu, no dia 25 de março, palestra sobre o tema com o juiz aposentado Jorge Franklin, especialista em direito previdenciário. Na abertura da palestra, o presidente Alberto Diniz Junior relatou sobre o trabalho das Associações representativas das carreiras jurídicas de todo o País, empenhadas em impedir perdas com possíveis mudanças na Previdência.

Segundo o presidente da Amagis, por mais que uma reforma da Previdência seja necessária, é preciso debater questões pontuais como contribuição previdenciária, regras de transição, proventos de pensão e outros. “Não podemos permitir a retirada de diretos e garantias fundamentais

que afetem as condições de vida de magistrados e demais membros das carreiras jurídicas”, disse.

Em uma demonstração de união e parceria, os presidentes da Associação dos Magistrados do Rio Grande do Norte (Amarn), juiz José Herval Sampaio Júnior, e da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), Enéias Xavier Gomes, e o desembargador Maurício Soares, ex-presidente da Amagis, também participaram do debate.

Na avaliação do presidente da Amarn, a complexidade do tema e o tempo para a discussão exigem uma mobilização intensa da classe e palestras, como a promovida pela Amagis, para subsidiar as associações e enfrentar as dificuldades que serão encontradas no trabalho de tentar impedir retrocessos da reforma. Segundo o magistrado, as Associações estão atuando na linha de demonstrar aos parlamentares a insegurança

rança jurídica e o desmonte do serviço público, caso a proposta seja aprovada. “É uma nova previdência mesmo, pois desconstitui o que hoje possa se pensar sobre a previdência social”, comentou Herval Sampaio.

De acordo com o presidente da AMMP, não há dúvidas de que existe um déficit previdenciário no Brasil hoje, mas, para ele, é preciso discutir a origem desse saldo negativo, como as renúncias fiscais e a Desvinculação de Receitas da União que, por exemplo, afetam a receita da previdência. “Se analisarmos friamente, não se trata de uma reforma. Trata-se de um ajuste de contas públicas que o governo quer fazer”, afirmou Enéias Xavier.

PALESTRA

Durante a palestra, o juiz aposentado Jorge Franklin abordou os regimes previdenciários e os benefícios existentes hoje e os comparou com os regimes e benefícios propostos pela reforma. De acordo com ele, o texto apresentado pelo governo extingue a aposentadoria por tempo de contribuição. Para o especialista, esse é o ponto mais injusto da proposta, porque revoga a Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005.

O especialista chamou atenção para o fato de que o texto proposto prestigia a idade em detrimento do tempo de contribuição, agravando a situação dos que têm tempo, mas não idade para se aposentar. “A reforma cria um mecanismo oneroso e que desestimula a contribuição justamente em um sistema contributivo. Além disso, dá um cheque em branco para que o legislador estabeleça contribuições extraordinárias”, advertiu, referindo-se a leis complementares.

Jorge Franklin ressaltou a imposição da previdência complementar que, para ele, deverá ser rigorosamente fiscalizada por parte dos tribunais e do Ministério Público, e a necessidade de que seja feita uma boa gestão desses recursos. Ainda segundo o juiz, a reforma consagra o direito de quem já preencheu os requisitos para a aposentadoria.

Entre os pontos negativos, o magistrado citou ainda as mudanças na pensão que seria substancialmente reduzida com a reforma. A palestra foi transmitida pela internet e o vídeo está disponível no site amagis.com.br. Veja na página seguinte alguns dos pontos abordados durante a conferência do juiz aposentado Jorge Franklin.●



“A reforma cria um mecanismo oneroso e que desestimula a contribuição justamente em um sistema contributivo”

Jorge Franklin
especialista em direito
previdenciário



Juiz aposentado Jorge Franklin falou sobre os principais pontos da reforma



Magistrados puderam esclarecer suas dúvidas após a palestra



“Se analisarmos friamente não se trata de uma reforma. Trata-se de um ajuste de contas públicas que o governo quer fazer”

Enéias Xavier
presidente da AMMP

Tire suas dúvidas sobre a reforma da Previdência

● Como será a regra permanente de aposentadoria por tempo de contribuição?

A regra permanente definitiva será estabelecida através de uma Lei Complementar. Até que essa Lei Complementar seja editada, vai prevalecer a regra da idade mínima de 65 anos para o homem e 62 para a mulher, após 25 anos de contribuição.

● Qual mudança deve ser feita no tempo/idade de aposentadoria na regra de transição[atuais servidores]?

Pelo artigo 3º do projeto de Emenda, a idade mínima para a aposentadoria, pela regra de transição, passa para 56 anos para a mulher e 61 para o homem, embora se mantenha o atual tempo de contribuição. Só que há previsão dessa idade mínima passar, a partir de 2022, para 57 anos de idade, para mulher, e 62, para homem. Outro requisito: o somatório da idade e tempo de contribuição deve atingir 86 pontos para a mulher e 96 para o homem, números esses que serão aumentados a partir de 2020, anualmente, até atingir 100 pontos para a mulher e 105 pontos para o homem. Na verdade, se o servidor permanece em atividade, a cada 12 meses, ele completa mais um ano de contribuição e, ao mesmo, mais um ano de idade, enquanto a pontuação para a aposentadoria aumenta 1 ponto a partir de janeiro de 2020.

● De que forma a mudança no tempo/idade de aposentadoria pode afetar a paridade?

A integralidade e a paridade somente serão concedidas aos 65 anos de idade, se homem, e aos 62, se mulher.

● A quem se aplica a previdência complementar?

A previdência complementar passará a ser obrigatória para novos servidores onde ainda não tenha sido instituída. A remuneração dos servidores será limitada ao teto do INSS, e os órgãos públicos terão que apresentar aos servidores uma previdência complementar.

● Quem tem direito adquirido para se aposentar?

Todos aqueles que preencherem os requisitos para a aposentadoria antes da reforma da Previdência poderão se aposentar a qualquer tempo, de acordo com os requisitos exigíveis pela legislação do tempo da implementação desses requisitos. A reforma consagra expressamente o direito adquirido da aposentadoria.

● O direito adquirido aplica-se à pensão?

O direito adquirido da pensão só é válido a partir do óbito, pois é ele que rege o direito da pensão. Nesse caso, a legislação a ser aplicada na pensão será aquele que corresponder à data da morte. Portanto, não há como garantir qual lei irá reger a pensão por ocasião do óbito do magistrado.

● Como será o cálculo da pensão?

Caso o magistrado deixe apenas viúva, a pensão passará de 100% para 60%. São 50% mais 10% em razão de cada dependente, portanto, 60% se a pensão beneficiar somente a viúva. Caso ele seja aposentado, vai alcançar um valor até o teto do INSS. E sobre o que exceder sobre o teto do INSS, há uma redução de 30%. A perda, portanto, está naquele percentual. Se tiver mulher e pelo menos quatro filhos menores, a pensão, de início, terá seu valor idêntico ao atualmente vigente.

● Aposentados e pensionistas passarão a contribuir?

Hoje, já contribuem no que excede ao teto do INSS e persistirá assim. O projeto prevê a possibilidade de se instituir a contribuição adicional para os aposentados e pensionistas, desde que não ultrapasse o valor de um salário mínimo no regime próprio de previdência.

● O que é o regime de capitalização?

A capitalização é um regime de contas individuais em que cada servidor, cada segurado, contribui individualmente e o seu benefício é gerado a partir de suas próprias contribuições.

● Como funcionará o regime de capitalização?

Até o momento, a equipe econômica do Governo Federal não definiu como será o regime de capitalização. Ela reconhece que será necessária uma lei ordinária para regular a capitalização. Isso acontece porque o governo ao mesmo tempo em que pretende implementar a capitalização não pretende abrir mão do regime de participação, pois há questão de como criar o benefício para as novas gerações se não há participação no custeio dessas aposentadorias. A intenção do governo é criar um sistema misto.

● O que é desconstitucionalização da previdência?

As regras da Constituição sobre a aposentadoria deixarão de ser válidas e serão substituídas por uma lei complementar. Portanto, todos os beneficiários e a organização dos regimes previdenciários serão regulados por essa nova lei complementar. A Constituição não será mais a fonte dos benefícios previdenciários, o que pode causar insegurança jurídica.

● Como será o custeio da previdência?

O projeto aumenta a contribuição de 11% para 14% e prevê a contribuição extraordinária, a partir da qual o legislador poderá o legislador estabelecer uma contribuição extraordinária.

Atuação conjunta reforça luta contra reforma

Previdência foi tema de palestras na AMB e AMMP

FOTOS: TIAGO PARRELA



Alberto Diniz, Eneias Xavier e Marcelo Barroso

Simultaneamente ao trabalho desenvolvido no Congresso Nacional, a Amagis tem participado de reuniões extraordinárias da AMB, como as ocorridas nos dias 12 e 26 de março, em Brasília, e apoiado realização de palestras, como as realizadas, nos dias 11 e 12 do mesmo mês, em parceria com a Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) e na sede da AMB, com o objetivo de reforçar a atuação contra perdas de direitos na reforma da Previdência.

Além da articulação política, a reunião extraordinária da AMB com presidentes de Associações teve como orientação aprofundar o debate sobre a PEC 6/2019 (reforma da Previdência), afim de que, a partir da discussão, os dirigentes associativos possam melhor fundamentar as propostas de alterações que devem ser apresentadas ao projeto do Governo Federal. Na AMB, em 11 de março, a discussão contou com a apresentação do consultor técnico contratado pela AMB, Luiz Alberto dos Santos, que abordou temas como a desconstitucionalização de regras permanentes, pensão por morte, fundos de previdência complementar e regras de transição. Ele detalhou ainda os prazos para a apresentação de emendas à proposta.

Na ocasião, o presidente da AMB, juiz Jayme de Oliveira, ao lado do presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, gravou uma mensagem para a Magistratura mineira, na qual avalia ser possível que sejam feitas alterações no texto

ASCOM AMB



Debate sobre a reforma da Previdência na AMB



Palestra realizada no auditório da AMMP

apresentado pelo Governo Federal. Para isso, Oliveira disse que a AMB conta com a atuação da Comissão de Estudos da Reforma da Previdência, coordenada pelo desembargador Nelson Missias de Moraes, presidente do TJMG e vice-presidente da AMB para Assuntos Previdenciários. Segundo o desembargador Alberto Diniz, as Associações de magistrados de todo o País demonstram estar bastante articuladas, não só para atuar em Brasília, mas também para reforçar a defesa dos interesses da classe em seus estados.

PALESTRA NA AMMP

No dia anterior à reunião na AMB, o presidente Alberto Diniz, com o presidente da AMMP, promotor de Justiça Eneias Xavier, participou da palestra, na Associação do Ministério Público, proferida pelo procurador Marcelo Barroso Lima Brito de Campos, doutor em Direito Público e mestre em Administração Pública. O evento foi aberto aos magistrados mineiros.

Na abertura da discussão, o presidente Alberto Diniz destacou a importância da parceria entre a Amagis e AMMP, juntamente com a AMB, Frentes e Justiça do Trabalho, para tentar minimizar os impactos da reforma. O presidente da AMMP reafirmou a importância dessa atuação conjunta e criticou a proposta de reforma da Previdência do Governo Federal, que, para ele, não foi suficientemente discutida com a sociedade.

Durante a palestra, Campos observou a tendência de que os requisitos para aposentadoria fiquem mais rigorosos, com o aumento da idade mínima e maior tempo de contribuição, questionou a proibição da acumulação de aposentadoria, uma vez que a PEC, de acordo com ele, ou eliminando-a ou mitigando o valor de outro benefício, que pode chegar a ser reduzido em até 20% em determinadas situações. Ele abordou ainda as mudanças nas regras de transição, que modificam requisitos e proventos. "A PEC revoga as regras de hoje, como os artigos 2º e 6º da emenda 41, e artigo nº 3 da emenda 47, que contemplam situações de servidores que já estão no exercício da atividade", pontuou. ●

Presidente retorna ao interior

Alberto Diniz conversou com juízes de Itaúna e Pouso Alegre

ROBERT LEAL/TJMG



Presidentes da Amagis e do TJMG, com magistrados no local onde será construído o novo fórum de Itaúna

Com uma agenda marcada por viagens a Brasília e ao interior de Minas Gerais, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz Junior, que nos dias 1º e 20 de março, esteve, respectivamente, nas comarcas de Itaúna [Centro Oeste] e Pouso Alegre [Sul de Minas], tem reforçado, onde esteja, a importância das ações de valorização da classe e contra perdas na reforma da Previdência.

Em Pouso Alegre, onde participou do Encontro de Capacitação da Corregedoria-Geral de Justiça de Minas Gerais (Encor), o presidente Alberto Diniz atualizou os magistrados sobre a atuação da Amagis, juntamente com a AMB e demais Associações de classe, para tentar impedir perdas com a reforma da Previdência, e reforçou o convite para que todos participassem de eventos da Amagis, como a palestra sobre o tema, realizada no dia 25 de março, na sede Associação. Alberto Diniz tem defendido a necessidade de alternativas à proposta apresentada pelo Governo Federal, em favor de um sistema previdenciário equilibrado, humano e que preserve os direitos constitucionais da Magistratura.

Já em Itaúna, onde foi apresentado o projeto de construção do novo Fórum da comarca, o presidente da Amagis ressaltou a importância da valorização da primeira instância pelo presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes. Na avaliação de Alberto Diniz, toda a sociedade – magistrados, servidores, operadores do Direito e jurisdicionados – ganham com a inovação, pois uma infraestrutura que oferece melhores condições de trabalho tem como consequência uma prestação jurisdicional de mais qualidade.

Na ocasião, o presidente do TJMG destacou que a construção de novos fóruns no interior é uma das prioridades de sua gestão. Segundo Nelson Missias, primeira instância é a porta de entrada do cidadão na Justiça, o que faz com que concentre os grandes desafios para o Judiciário.

Desde o início de sua gestão, o presidente Alberto Diniz tem defendido a valorização das comarcas do interior de Minas. Esse empenho resultou, logo em janeiro, na elevação da Comarca de Pará de Minas (Região Central) à entrância especial, onde o presidente da Amagis esteve para con-

versar com os juízes. Em fevereiro, ele encontrou-se com juízes das comarcas de Varginha e Três Corações, ambas no Sul de Minas, e Diamantina (Vale do Jequitinhonha), fortalecendo a presença da Associação em todo o Estado. *Leia mais sobre a política de valorização das comarcas do interior na entrevista na página 11.*

O Encor foi aberto pelo corregedor-geral de justiça, desembargador José Geraldo Saldanha da Fonseca, e pela 2ª vice-presidente do TJMG e superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), desembargadora Áurea Maria Brasil Santos Perez, e a 3ª vice-presidente do TJMG, desembargadora Mariângela Meyer Pires Faleiro, representou o presidente do TJMG. A superintendente-adjunta da Ejef, desembargadora Maria Luiza de Marilac Alvarenga Araújo, também participou da abertura do encontro.●

DEMONSTRATIVO
PARA
IMPOSTO DE RENDA

O Demonstrativo Anual de Despesas Médicas já está disponível no site da Amagis Saúde

Siga os passos abaixo:

- 1 - Acesse o site www.amagissauda.com.br e clique em Área do Beneficiário;
- 2 - Escolha o Tipo de Acesso (no caso, "Beneficiário"), digite usuário e senha e clique em "Entrar";
- 3 - Clique no link "Relatórios", depois em "Extrato de IRPF Anual" e em "Gerar";
- 4 - Pronto, agora é só salvar ou imprimir o documento.

Os associados que não tiverem o nome do usuário e senha, podem solicitá-los pelo e-mail: suporte@amagis.com.br ou pelos telefones (31) 3079-3462 / 3465 / 3467. Ao entrar em contato por e-mail, informe o nome completo e CPF para que a equipe de TI possa localizar os dados de cadastro.

Em caso de dúvidas, ligue para (31) 3079-3475.

Amagis requer regularização de benefícios de pensionistas

Presidente defende a observância do princípio da paridade

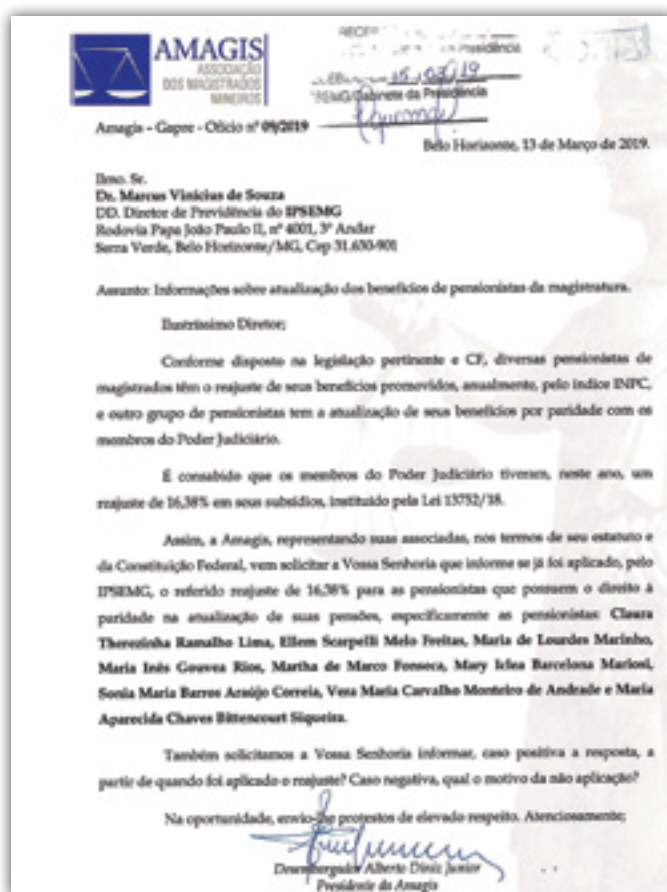
O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz Junior, encaminhou ofício, no dia 15 de março, ao diretor de previdência do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (Ipsemg), Marcus Vinícius de Souza, no qual solicitou esclarecimentos sobre aplicação da reposição de 16,38% nos vencimentos das pensionistas, que têm o direito à paridade com os membros do Poder Judiciário.

No documento, Alberto Diniz fundamentou que, conforme a Constituição Federal, parte das pensionistas tem seus benefícios corrigidos, anualmente, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e outra parcela tem suas pensões atualizadas de acordo com a reposição aplicada ao Judiciário. Assim sendo, o presidente da Amagis pede ao diretor do Ipsemg que esclareça qual percentual foi aplicado nos vencimentos dessas pensionistas e, caso não tenha ocorrido, qual o motivo de uma possível não correção desses valores.

“Associação tem como uma de suas missões permanentes a defesa das pensionistas, que são os pilares da Magistratura”

Alberto Diniz, presidente da Amagis

Ao formalizar o ofício da Amagis, Alberto Diniz reafirmou que, legalmente, é de competência da Associação representar as pensionistas da Magistratura mineira. “Associação tem como uma de suas missões permanentes a defesa das pensionistas, que são os pilares da Magistratura”, afirmou o presidente da Amagis.●



Ofício do presidente da Amagis ao Ipsemg

Associações atuam por PEC da VTM

Proposta foi desarquivada para ser levada ao Senado

No dia 27 de março, o trabalho associativista em favor do reconhecimento dos direitos dos magistrados, ativos e aposentados, obteve um significativo avanço com o desarquivamento da PEC 63/2013, que institui a parcela indenizatória de Valorização por Tempo na Magistratura e Ministério Público [VTM].

A medida foi tomada logo após o encontro do presidente da AMB, juiz Jayme de Oliveira, e dirigentes associativos com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre. As associa-

ções trabalham agora para a inclusão da PEC 63/2013 na ordem do dia do Plenário do Senado.

Durante o encontro, o presidente da AMB e a presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Amapá (AMAAP), Elayne Cantuária, entregaram ao presidente do Senado o exemplar da pesquisa da AMB “Quem somos. A Magistratura que queremos”. “O senador colocou-se à disposição para um diálogo construtivo em prol do Brasil”, disse Jayme de Oliveira.●

Com informações da AMB

Realize LEILÃO com quem é AUTORIDADE no assunto



jonasleiloeiro.com.br



fernandoleiloeiro.com.br



lucasleiloeiro.com.br

ESPECIALISTAS NA REALIZAÇÃO DE LEILÃO ONLINE



Confira Nossa Agenda de Leilões

SEXTA-FEIRA ABRIL 01  TJMG Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais 2ª Vara C., Criminal e da Infância e da Juventude Oliveira	SEXTA-FEIRA ABRIL 03  TRT-MG Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região Vara do Trabalho Leopoldina	SEXTA-FEIRA ABRIL 04  TJMG Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais 1ª Vara Civil São Sebastião do Paraíso	
QUARTA-FEIRA ABRIL 09  TJMG Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais 9ª Unidade Jurisdicional Civil Belo Horizonte	QUARTA-FEIRA ABRIL 09  TJMG Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais Vara da Fazenda Pública e Antecipação Obrigatória	QUARTA-FEIRA ABRIL 10  TJMG Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais Juizado Especial Civil Leopoldina	SEXTA-FEIRA ABRIL 11  TRT-MG Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região 2ª Vara do Trabalho Divinópolis
QUARTA-FEIRA ABRIL 17  TRT-MG Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região 2ª Vara Civil Uberaba	QUARTA-FEIRA ABRIL 22  TRT-MG Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região Vara Única Divina	QUARTA-FEIRA ABRIL 26  JURISDIÇÃO FEDERAL Conselho de Justiça Federal 1ª Vara Federal Belo Horizonte	

* Confira a lista completa no site do leiloeiro

* Confira a lista completa no site do leiloeiro

37 3242-2218 | 37 9862-5653

leiloesmg@leiloesmg.com.br



GRUPO CRÉDITO

Administração judicial com atuação
em diversas comarcas:

Jacutinga/MG

Carmo do Cajuru/MG

Muzambinho/MG

Pirapora/MG

Passa Quatro/MG

dentre outras...

Paulo Fernando Naves



EDUARDO ROCHA

Natural de Araguari (Triângulo Mineiro), o juiz Paulo Fernando Naves de Resende graduou-se em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia e ingressou na Magistratura mineira em 1992. Nesses 27 anos de carreira, passou pelas Comarcas de Alfenas, Várzea da Palma, Estrela do Sul, Conceição das Alagoas, Uberaba e Uberlândia, onde é titular, nesta última, da 7ª Vara Cível e presidente da 4ª Turma Recursal. É com essa experiência que o magistrado, hoje vice-presidente do Interior da Amagis, espera contribuir com a classe.

O presidente Alberto Diniz tem ressaltado a importância da unidade da Magistratura mineira. Como a Vice-presidência do Interior pode atuar para fortalecer essa integração?

Essa foi a viga mestra das propostas de campanha de nossa chapa, a qual, tenho certeza, será fielmente cumprida por nosso presidente e diretoria. Durante nossas reuniões, sempre destaquei a importância do repasse de informações aos colegas magistrados, principalmente do interior, que nem sempre possuem condições de estar em contato com a Associação. Visando dar início à implementação de medidas efetivas, a Presidência criou grupos de comunicação nas mídias sociais, compelindo todos os magistrados do Estado a participarem desses grupos. Por meio dessa medida, tenho certeza, os entraves da falta de comunicação se romperão. Outra medida importante que pode ser tomada é a implementação de encontros regionais periódicos, quando, então, a Presidência e a diretoria poderão estar em contato direto com os colegas, estreitando laços e amenizando ansiedades.

Como o senhor avalia o Plano de Aceleração de Obras do TJMG?

Ora, quem não gosta de morar em casa nova? Aumenta o ânimo e revigora a força de trabalho. Mas não é só isso. Novas estruturas também permitem o melhor atendimento aos advogados e aos jurisdicionados, amenizando o dia a dia de cada um. Por outro lado, também defendemos a implementação, pelo Tribunal de Justiça, como incentivo aos magistrados, uma política de remuneração de trabalhos acumulados (cooperação em outras varas e/ou comarcas, Turmas Recursais, audiências de custódia, plantões de finais de semana e feriados etc.), a exemplo de outros Estados da Federação.

Na avaliação do senhor, quais as principais ações podem ser desenvolvidas com relação às comarcas do interior de Minas?

Critérios técnicos e orçamentários dificultam qualquer

ação, pois sempre esbarraremos na falta de magistrados e servidores. Talvez uma das medidas mais importantes, em minha opinião, seria a reavaliação de pequenas comarcas, sem desmerecer qualquer delas, facilitando a redistribuição de servidores e diminuindo despesas. Reconheço, porém, que é uma medida com efeitos políticos muito ruins. Mas quem sabe a política adotada pelo atual Governo do Estado venha ao encontro com esta solução. Quanto ao mais, o Tribunal de Justiça vem tomando medidas efetivas na construção de novos fóruns, adoção de medidas de segurança e de outras ideias (trabalho remoto, controle de ponto, avaliações periódicas, fixação de metas etc.).

A construção de fóruns pode representar avanços na política de segurança das unidades do Judiciário mineiro?

Segurança é um tópico essencial na vida de magistrados e servidores. Isso é “cláusula pétrea”. Os atuais projetos priorizam as medidas nesse sentido, diminuindo pontos de acesso, o que permite maior controle de fluxo, além de atribuir acessos restritos e isolados. Portas com detectores de metal também é uma medida importante que vem sendo adotada nos novos fóruns. No começo, ocorre uma certa resistência de advogados e demais usuários. Mas aos poucos, isso vai se dissipando, enxergando todos que são medidas salutares adotadas na maioria dos prédios públicos, instituições financeiras, sem afrontar a dignidade do ser humano. ●

“Essa [a unidade da Magistratura] foi a viga mestra das propostas de campanha de nossa chapa, a qual, tenho certeza, será fielmente cumprida por nosso presidente e diretoria”

Presidente do STF sela Apac como política nacional

Ministros Dias Toffoli e Cármen Lúcia participaram de reunião no TJ

TIAGO PARRELA



Presidentes da Amagis e do TJMG, com dirigentes do Tribunal e o ministro Dias Toffoli

Em reunião realizada no dia 19 de março, na sede do TJMG, o presidente do STF e do CNJ, ministro Dias Toffoli, assinou um termo de intenção para expansão do sistema Apac (Associação de Proteção e Assistência ao Condenado) e um convênio de cessão gratuita dos direitos autorais e da integralidade dos materiais instrucionais e de divulgação referentes ao Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU). O objetivo é levar o Conselho Nacional de Justiça a implementar essas duas ações nacionalmente. Dez dias depois, o ministro da Justiça Sérgio Moro esteve no Tribunal e visitou a APAC de Santa Luzia (Grande BH) para conhecer melhor a metodologia apaqueana.

O presidente do STF observou que a assinatura dos termos de cooperação entre o CNJ e o TJMG expressa a compreensão do Conselho de que são necessárias intervenções estruturais sobre os “graves desarranjos do sistema prisional”. Ainda de acordo com Dias Toffoli, essa parceria multiplicará as boas iniciativas do Tribunal mineiro em todo o território nacional, particularmente com relação às Apacs. “A metodologia Apac é, sim, uma forma diferenciada e eficiente de aplicar penas e gerir unidades prisionais, com res-

peito e garantia à dignidade da pessoa humana”, afirmou. O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, participou e, como Toffoli, reconheceu o valor dos magistrados mineiros nas duas iniciativas.

O presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, ressaltou a importância e efetividade das Apacs na humanização do cumprimento das penas privativas de liberdade. Ele destacou ainda que, além de disseminar a metodologia apaqueana, o programa Novos Rumos do Tribunal é responsável por desenvolver outras ações de socialização como o Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental (PAI-PJ).

Presente no encontro, a ministra Cármen Lúcia, ex-presidente do Supremo, disse que, como mineira, orgulha-se do pioneirismo do TJMG. “São um exemplo de que, quando se unem um Judiciário e uma sociedade comprometidos, as iniciativas se revelam de grande êxito”, disse a ministra sobre as Apacs.

Na edição de março deste ano, o jornal DECISÃO publicou matéria especial na qual destacou que a metodologia Apac ganharia o status de política pública no País. ●

CURSOS ENM

● Capacitação em Poder Judiciário

Período: 27 e 28 de junho

Inscrições: até 5 de maio

Local: Rio de Janeiro

Vagas: 45

Carga horária: 20 horas/aula

Inscrições: gratuita para associados à AMB

Informações: enm.org.br

● Estatuto da Pessoa com Deficiência

Período: 24 e 25 de julho

Inscrições: até 18 de junho

Local: Brasília

Vagas: 50

Carga horária: 20 horas/aula

Inscrições: gratuita para associados à AMB

Informações: enm.org.br

● Media Training

Período: 8 e 9 de agosto

Inscrições: até 6 de julho

Local: Brasília

Vagas: 50

Carga horária: 20 horas/aula

Inscrições: gratuita para associados à AMB

Informações: enm.org.br

● O novo direito militar

Período: 19 e 20 de agosto

Inscrições: até 10 de julho

Local: Belo Horizonte

Vagas: 50

Carga horária: 20 horas/aula

Inscrições: gratuita para associados à AMB

Informações: enm.org.br

Ministro palestra sobre o papel do Estado no TJMG

Livro *Constituição do Brasil: 30 anos* foi lançado na conferência

O ministro Luís Roberto Barroso, do STF, proferiu, no dia 22 de março, na sede do TJMG, a palestra “Papel do Estado e uma Agenda para o Brasil”, durante o lançamento do livro *Constituição do Brasil: 30 anos*, editado com o apoio da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes.

Na ocasião, o ministro foi recebido pelo 1º vice-presidente do TJMG, desembargador Afrânio Vilela, representando o presidente do Tribunal, desembargador Nelson Missias, pela 2ª vice-presidente do TJ, desembargadora Áurea Brasil, e pelo presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz.

Para o presidente da Amagis, a palestra do ministro Barroso, no lançamento do livro, expressa o prestígio do Tribunal de Justiça e da Magistratura mineira no cenário nacional, bem como foi uma boa oportunidade de os presentes aprofundarem suas reflexões sobre a Constituição Cidadã.

O ministro abordou o tema da palestra, dividindo-o em três partes: o passado, quando apresentou as prin-

GEORGIA BAÇVAROFF



Ministro Barroso e o presidente da Amagis, Alberto Diniz

cipais conquistas obtidas nos últimos 30 anos com a Constituição de 1988, o presente da Carta Magna, destacando os principais desafios que o Brasil tem enfrentado na atualidade e, por fim, ele defendeu uma agenda positiva para o País, que inclui a necessidade de um pacto de integridade e a promoção de reformas estruturais, como a política, a

tributária e a da previdência, com uma redução expressiva do Estado, tratando de fato a educação como prioridade.

O livro *Constituição do Brasil: 30 anos* foi organizado pelos desembargadores Áurea Brasil, Kildare Carvalho, Caldeira Brant, Osvaldo Firmo e Rogério Medeiros, e pelo juiz Nicolau Lupianhes Neto.●

Enaje debaterá desafios atuais da Magistratura

Encontro Nacional será realizado em maio, em Foz do Iguaçu

Dos dias 23 a 25 de maio, magistrados de todo o País irão se reunir, em Foz do Iguaçu (PR), para participar do VII Encontro Nacional da Justiça Estadual (Enaje), cujo tema será A Magistratura na sociedade brasileira entre o real e o ideal, a fim de contribuir para o aperfeiçoamento das ações institucionais e estimular a participação da classe na administração do Poder Judiciário.

A programação científica do encontro inclui debates sobre os desafios da

Magistratura no século XXI, eleições diretas, redes sociais, a relação dos magistrados e a mídia, uso da inteligência artificial, segurança no Poder Judiciário e inteligência emocional. Também serão discutidos os resultados da pesquisa ‘Quem Somos. A Magistratura que Queremos’, promovida pela AMB.

As inscrições online serão realizadas até o dia 17 de maio, e após esse prazo os interessados em participar do encontro poderão garantir sua pre-

sença no dia 23 de maio, no próprio local do evento. As taxas de participação são de R\$ 600 para os associados da AMB, R\$ 300 para seus acompanhantes e R\$ 1.200 para quem não for filiado à Associação nacional.

O Enaje é realizado a cada três anos pela AMB com o objetivo de promover o aprimoramento do Poder Judiciário. A edição 2019 conta com o apoio da Associação dos Magistrados do Paraná [Amapar].●

GEORGIA BAÇVAROFF



Magistradas são destaque na Amagis

Associação promoveu programação especial no mês da mulher

POR GEORGIA BAÇVAROFF

Durante todo o mês de março, a Amagis e Amagis Saúde promoveram uma programação especial para homenagear as mulheres, particularmente as magistradas. Nos dias 15 e 27, foram realizados, respectivamente, o Workshop de Vinhos Bordeaux, no salão de Festas da Associação, e uma sessão exclusiva da peça Intimidade Indecente, no Teatro da Cidade, em Belo Horizonte.

Segundo a vice-presidente de Saúde, juíza Rosimere Couto, a diretoria tem buscado ampliar e diversificar os eventos destinados à classe, como a apresentação da peça. “A Amagis quer trazer os magistrados para a vida associativa, e eventos como este são uma ótima oportunidade para isso”, afirmou.

A diretora de Comunicação da Amagis, juíza Cristiana-Gualberto, ressaltou que o workshop demonstrou o empenho da diretoria em incentivar a integração da classe. “A Amagis está fortalecendo um dos pilares do associativismo, trazendo pra dentro da Associação os colegas, não apenas na busca dos nossos direitos”.

Ainda como forma de reconhecimento e valorização do trabalho das magistradas, a Assessoria de Comunicação da Amagis publicou, no mês da mulher, uma série de entrevistas no site, nos programas de TV Pensamento Jurídico e Via Justiça, ambos produzidos pela Amagis, e uma reportagem especial na última edição do jornal DECISÃO, dando destaque à participação de juízas e desembargadoras em cargos de gestão no Poder Judiciário.

A violência contra as mulheres foi tema de parte das entre-

vistas feitas no mês. Falaram sobre o tema, por exemplo, a 3ª vice-presidente do TJMG, desembargadora Mariângela Meyer, durante participação no programa de TV Pensamento Jurídico, e também a juíza Marli Maria Braga, vice-presidente de Aposentados e Pensionistas da Amagis. No programa Via Justiça, a juíza Maria Aparecida Consentino abordou a violência doméstica, destacando que o ciclo da violência é muito claro e que, na maioria das vezes, o agressor dá sinais prévios.

DESAFIOS

Os desafios e obstáculos enfrentados ao longo da carreira profissional também foram abordados pelos canais de Comunicação da Amagis. Em entrevista ao site da Associação, a juíza Flávia Birchall lembrou a época em que uma juíza tinha que provar que era uma boa juíza e ressaltou também a crescente presença feminina em cargos dos Poderes Públicos.

O preconceito, a jornada dupla e, às vezes, até tripla e as contribuições da mulher para o Judiciário são temas da entrevista concedida pela juíza Marcela Decat, da Comarca de Mariana. A sensibilidade e a habilidade relacional da mulher foram citadas na entrevista concedida pela juíza Perla Brito, da Comarca de Brumadinho. “O homem tem mais facilidade para análise de cálculos, enquanto a mulher para lidar com pessoas e relacionamento. Isso foi comprovado cientificamente”.

A juíza Maria Luíza Rangel falou ao site da Amagis sobre os trabalhos desenvolvidos por ela à frente do Centro de Reconhecimento de Paternidade e as mudanças que o trabalho trouxe para a sua vida pessoal e profissional. ●

Confira a galeria de fotos dos eventos

FOTOS: GEORGIA BAÇVAROFF



Workshop de vinhos no salão de festas da Amagis



Exibição da peça Intimidade Indecente no Teatro da Cidade

DE COMARCA EM COMARCA

- Marco Antônio de Oliveira Roberto foi removido, por antiguidade, do cargo de juiz de Direito Auxiliar Especial de Caratinga para a 2ª Vara Criminal e da Infância e da Juventude da mesma comarca.
- Max Wild de Souza foi promovido, por antiguidade, da 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais de Iturama para o cargo de juiz de Direito Auxiliar Especial da Comarca de Caratinga.
- Eduardo Rabelo Thebit Dolabela foi promovido, por merecimento, da Unidade Jurisdicional Única do Juizado Especial de Santa Luzia para a Vara Criminal da Comarca de Cataguases.
- Gislene Rodrigues Mansur foi removida, por antiguidade, da 2ª Unidade Jurisdicional da Fazenda Pública de Belo Horizonte para 17ª Vara Cível da mesma comarca.
- Mateus Bicalho de Melo Chavinho foi removido, por antiguidade, do cargo de 8º juiz de Direito Auxiliar de Belo Horizonte para 2ª Unidade Jurisdicional da Fazenda Pública da mesma comarca.
- Myrna Fabiana Monteiro Souto foi promovida, por antiguidade, da Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Nova Lima para o cargo de 8ª juíza de Direito Auxiliar da Comarca de Belo Horizonte.
- Silmara Silva Barcelos foi promovida, por merecimento, com permanência na Unidade Jurisdicional Única do Juizado Especial da Comarca de Pará de Minas.
- Zulma Edméa de Oliveira Ozório e Goés foi promovida, por antiguidade, com permanência na 1ª Vara Cível da Comarca de Pará de Minas.
- Adriani Freire Diniz Garcia foi promovida, por merecimento, da Vara Cível e da Infância e da Juventude, de Família e Sucessões da Comarca de Alfenas para o cargo de 2ª juíza de Direito da Unidade Jurisdicional Única do Juizado Especial da Comarca de Patos de Minas.
- Nicolau Lupinhaes Neto foi removido, por antiguidade, do cargo de 5º juiz de Direito Auxiliar da Comarca de Belo Horizonte para a 5ª Vara Cível da mesma comarca.
- Paulo Antônio de Carvalho foi promovido, por antiguidade, da 1ª Vara Criminal, do Júri e de Execuções Penais Promoção da Comarca de Itaúna para o cargo de 5º juiz de Direito Auxiliar da Comarca de Belo Horizonte.
- Paulo José Rezende Borges foi removido, por merecimento, da 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Mantena para a Vara Cível e da Infância e da Juventude da Comarca de Carmo do Paranaíba.
- Fábio Henrique Vieira foi removido, por antiguidade, 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Diamantina para a 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da mesma comarca.
- Caroline Rodrigues de Queiroz foi promovida, por antiguidade, do cargo de 125ª juíza de Direito Substituta na Vara Única da Comarca do Serro para a 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Diamantina.
- Marcelo Bruno Duarte e Araújo foi removido, por merecimento, da 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Pedra Azul para a 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Salinas.
- Roger Galino foi promovido, por antiguidade, do cargo de 63º juiz de Direito Substituto da Vara Única da Comarca de Itamarandiba para a 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Almenara.
- Vanessa Guimarães da Costa Vedovotto foi removida, por merecimento, da 1ª Vara Cível de Ituiutaba para a Unidade Jurisdicional Única do Juizado Especial da mesma comarca.
- Alessandra Leão Medeiros Parente foi removida, por merecimento, da 3ª Vara Cível de Ituiutaba para a 1ª Vara Cível da mesma comarca.
- Roberto Bertolo Garcia foi removido, por merecimento, da 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Iturama para a 3ª Vara Cível da Comarca de Ituiutaba.
- Maria Jacira Ramos e Silva foi promovida, por antiguidade, do cargo de 183ª juíza de Direito Substituta na Vara Única da Comarca de Perdões para a 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Pedro Leopoldo.
- Flávia Braga Corte Imperial foi promovida, por merecimento, do cargo de 46ª de juíza de Direito Substituta na Vara Única da Comarca de Rio Casca para a 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Pedra Azul.
- Veruska Rocha Mattedi Lucas foi removida, por antiguidade, da Vara Criminal de Sabará para a 2ª Vara Cível e de Execuções Fiscais da mesma comarca.
- Anna Carolina Goulart Martins e Silva foi promovida, por antiguidade, do cargo de 111ª de juíza de Direito Substituta na Vara Única da Comarca de Paraopeba para a Vara Criminal da Comarca de Sabará.

PLANTÃO TELEFÔNICO



[31] 3079-3478
[31] 3079-3479
[31] 3079-3480
[31] 3079-3481

Segunda a sexta-feira, das 7h às 19h

Sábados de 8h às 13h15

Finais de semana e feriados, os associados devem entrar em contato com o plantão da Amagis Saúde pelo número [31] 99977-2860.

Conselho aprova contas de 2018 por unanimidade

Novo presidente, vice e secretária foram eleitos no encontro

O Conselho Deliberativo da Amagis aprovou por unanimidade, no dia 29 de março, as contas de 2018 da Amagis e da Amagis Saúde. Durante a reunião, o desembargador Antônio Armando dos Anjos e o juiz Michel Curi foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente do Conselho Deliberativo da Amagis. A juíza Riza Nery foi nomeada secretária.

Na reunião, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, falou sobre medidas tomadas pela gestão para gerar economia como terceirização de impressões, telefonias fixas e redução de contas bancárias, para que a verba seja destinada à defesa de prerrogativas da Magistratura e eventos da classe. Os conselheiros também foram informados que a Associação contratou empresa para levantamento de seu patrimônio, como colônias de férias e terrenos.

Participaram ainda da reunião, o

TIAGO PARRELA



Alberto Diniz e Luzia Peixôto com membros do Conselho Deliberativo

ex-presidente da Amagis e desembargador Maurício Soares, o desembargador Antônio Armando dos Anjos, a vice-presidente de Financeira, juíza Luzia Peixôto, a juíza Riza Nery, e os juízes Michel Curi, Edmundo Lavinas

Jardim, José Aluísio Neves da Silva, Carlos Alberto Pereira da Silva, Lailson Braga Baeta Neves e Marcos Alves de Andrade. A prestação de contas de 2018 foi auditada pela Nexa Teixeira Auditores.●

INFORME PUBLICITÁRIO

Condomínio Estância da Mata

Como anda a sua qualidade de vida?

O Condomínio Estância da Mata traz um avançado conceito urbanístico para quem deseja investir em bem-estar e segurança

Em busca de qualidade de vida, natureza e tranquilidade, muitas pessoas têm buscado investir em empreendimentos nos arredores das grandes cidades. E para responder a essa tendência à altura, a Construtora Ambientalmente Sustentável apresenta o Estância da Mata, um condomínio planejado de alto padrão em Matozinhos, a 15 minutos do aeroporto e, aproximadamente, 45 minutos do centro de Belo Horizonte.

Com lotes a partir de 1.000m², prontos para construir, e mais de 80.000m² de áreas verdes, o Condomínio Estância da Mata, um dos mais belos do Vetor Norte, oferece infraestrutura de lazer e segurança completa. O empreendimento segue o padrão de qualidade dos projetos da Construtora C.A.S. e se estabelece em uma das regiões que mais se valorizam na RMBH.

Os associados da AMAGIS que desejarem adquirir lotes têm vantagens exclusivas: a construtora C.A.S. oferece condições especiais de pagamento com até 20% de desconto. Além disso, os clientes contam com o Lote



O condomínio planejado Estância da Mata: segurança, sustentabilidade e qualidade de vida

Fácil e o Sistema de Amortização Constante, que trazem facilidades para o financiamento.

Para conhecer um pouco mais sobre o condomínio planejado Estância da Mata, leia o QR Code nesta página com a câmera de seu celular ou ligue para [31]3166-2020! Para mais informações sobre a construtora, visite o nosso site: www.construtoracas.com.br



Nutris inaugura nova sala

Cerca de 250 crianças e adolescentes serão atendidas no Núcleo

O Núcleo de Trabalho e Integração Social (Nutris) inaugurou, no dia 1º deste mês, três novas salas nas instalações da instituição, nas quais serão atendidas mais 40 crianças do bairro Mariano de Abreu (Leste de Belo Horizonte), com idades de zero a seis anos.

A ampliação do Núcleo foi feita com o apoio Prefeitura de Belo Horizonte, cuja verba destinada também foi utilizada para a construção de uma sala de reuniões, almoxarifado e um espaço multiuso. Em agosto último, o Nutris já havia recebido 12 crianças em uma sala antes destinada às voluntárias da Magistratura mineira, que foi totalmente reformulada e adaptada para atender aos meninos e meninas adequadamente.

O recurso empenhado pela prefeitura contempla ainda a reforma das instalações da creche, que passará por melhorias que incluem a retirada de

TIAGO PARRELA



Nova sala do Nutris foi preparada para atividades pedagógicas e recreativas

trincas, de mofo, nova pintura e melhoria no parquinho, que está danificado.

No espaço também funciona o Núcleo de Arte e Cultura, onde são assistidas crianças e adolescentes de 6 a 16 anos. Com a ampliação do Nutris, um total de 250 meninos e meninas do Bairro Mariano de Abreu serão atendi-

das pelos dois núcleos.

Para manter seu funcionamento, a instituição conta com o apoio dos magistrados mineiros. Os interessados em contribuir podem entrar em contato com a Amagis, pelo número (31) 3079-3471, e com o Nutris, pelo telefone (31) 3485-6035.●



Uma série completa de exames para os usuários da Amagis Saúde.

Tudo fácil, rápido e gratuito no mês de seu aniversário.

Saiba mais em:
www.amagissaude.com.br



Coinj incentivará adoções tardias com aplicativo

Sistema deverá ser implementado nas comarcas mineiras

Nos próximos meses, a Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinj) do TJMG, em cooperação com a Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), implementará o aplicativo A.Dot, criado para incentivar adoções tardias, em todas as comarcas de Minas Gerais.

De acordo como o juiz José Roberto Poiani, da Vara da Infância e da Juventude de Uberlândia e integrante da Coinj, que apresentou a proposta à Coordenadoria, o aplicativo pode ser baixado em qualquer smartphone e utilizado por todos os pretendentes à adoção inscritos no Cadastro Nacional de Adoção [CNA], do CNJ.

A ferramenta já é utilizada nos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul e funciona da seguinte forma: após o pretendente baixar o aplicativo, inserir seus dados e solicitar liberação de senha, o servidor instalado na Corregedoria do TJPR confere se a pessoa está de fato inscrita no CNA. Feita a confirmação, o sistema envia ao interessado uma senha com validade de um ano. Nesse período, o pretendente terá acesso ao perfil da criança ou adolescente (fotos, desenhos e vídeos) que estejam incluídas no banco de dados do A.Dot.

Segundo o magistrado, assim que o pretendente à adoção seleciona um perfil, o sistema envia um e-mail ao juízo da comarca onde a criança ou adolescente está acolhida, informando sobre o interesse daquele adotando. O retorno ao requerente deverá ser dado em até três dias. "A aproximação entre adotante e adotando sempre será feita sob acompanhamento do

LUCAS MARTINS



Reunião de planejamento da Coordenadoria da Infância e da Juventude do TJMG

Juízo da Infância e da equipe técnica da comarca", ressaltou Roberto Poiani ao frisar ainda que caberá ao juiz o deferimento de guarda para fins de adoção e que, caso contrário, a criança será desvinculada do pretendente e continuará vinculada ao A.Dot.

De acordo com a desembargadora Valéria Rodrigues, superintendente da Coinj, para garantir a implementação do sistema no Estado, foi criado um grupo de estudos pela Corregedoria-Geral de Justiça do TJMG e pela Presidência do Tribunal de Justiça, cujos trabalhos já estão em fase final, possibilitando que, em breve, após apreciação do presidente do TJ, desembargador Nelson Missias de Moraes, e do corregedor-geral de Justiça, desembargador José Geraldo Saldanha da Fonseca, ser celebrado o termo de adesão e/ou coopera-

ção para implantação do aplicativo em todas as comarcas mineiras.

"O A.Dot facilitará a aproximação entre pretendentes à adoção de crianças ou adolescentes acolhidos que, embora disponíveis à adoção, ainda não encontraram um lar", disse a desembargadora Valéria Rodrigues ao destacar o benefício que poderá ser alcançado com o uso dessa tecnologia pelo Judiciário.

O aplicativo dará visibilidade a crianças e adolescentes já destituídos do poder familiar, mas que ainda não encontraram pretendentes habilitados no CNA. "Esse aplicativo dará muito mais visibilidade a esses adotandos que, até agora, são apenas um número no CNA, permanecendo invisíveis nas centenas de abrigos de Minas Gerais", afirmou o juiz Roberto Poiani. ●

RÁPIDAS

● A Ordem dos Cavaleiros da Inconfidência Mineira agradeceu, no dia 8 de março, dez magistradas de Minas Gerais com a Medalha da Inconfidência Mineira, outorgada pela primeira vez.

Foram homenageadas:
Áurea Brasil, 2ª vice-presidente do TJMG e superintendente da Ejef
Mariângela Meyer, 3ª vice-presidente do TJMG
Ana Paula Nannetti

Márcia Milanez
Maria Luíza de Marillac
Shirley Fenzi Bertão
Yeda Monteiro Athias
Lucimeire Rocha
Maria Elisa Taglialegra
Perla Saliba Brito

● O presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, foi condecorado, no dia 18 de março, com o Colar do Mérito Judiciário Militar Paulista, em cerimônia realizada em SP.

Caxambu preserva tradição e religiosidade da Semana Santa

Encenações e procissões tomam conta da cidade, do Sul de Minas

Com o lema da Campanha da Fraternidade 2019: “Serás Libertado pelo Direito e Pela Justiça” [livro de Isaías, capítulo 1, versículo 27], a cidade de Caxambu [Sul de Minas] celebrará a Semana Santa, dos dias 7 a 21 de abril, preservando a tradição religiosa que retrata a paixão, morte e ressurreição de Jesus Cristo.

No sábado, véspera do Domingo de Ramos, será realizada a encenação da Via Sacra, em que Jesus carrega a cruz desde o pretório [tribunal] de Pôncio Pilatos até o Monte Calvário. No dia seguinte, será realizada a Bênção dos Ramos e procissão pelas ruas da cidade durante a semana, pela memória da prisão do Senhor, encontro de Jesus com sua mãe no caminho do Calvário, da instituição da eucaristia e da redenção de Cristo.

No dia 17 de abril [quarta-feira], é louvada a Pietá, com a representação da Virgem Maria com o corpo de Jesus nos braços, seguida de nova procissão. Já no sábado, dia 20, é feito o dia de silêncio pela morte do Senhor, com a realização de vigílias em diversas comu-

PREFEITURA DE CAXAMBU



Procissão durante a Semana Santa em Caxambu

nidades religiosas de Caxambu, entre elas o Mosteiro de Maria Mãe de Cristo. No Domingo de Páscoa, será celebrada a ressurreição de Jesus.

Os associados interessados em acompanhar de perto essa tradição religiosa podem se hospedar na colônia de férias da Amagis em Caxambu, que dispõe de dez apartamentos de um quarto, sala, cozinha, todos mobiliados, incluindo TV e frigobar, para receber os magistrados e seus familiares com comodidade.

A colônia possui sauna, piscina adulto e infantil, caramanchão, quadra de vôlei e peteca, campo de futebol gramado salão de jogos com mesas de sinuca, totô, pingue-pongue, baralho, TV e playground, área verde preservada e uma lareira no salão. A Amagis oferece ainda opções de descanso e lazer nas colônias de férias de Nova Viçosa [BA], Cabo Frio [RJ], Caldas Novas [GO] e Ubatuba [SP], para quem pretende viajar na Semana Santa.●

Inscreva-se na lista de
WhatsApp ou **Telegram**
da Amagis para receber
informações exclusivas

Para se cadastrar, é necessário que o associado adicione aos contatos do seu celular o nº do WhatsApp da Amagis: **(31) 99881-4367** e envie uma mensagem solicitando a inclusão na lista.



Juízes participam de corrida em apoio ao combate à corrupção

Modalidade é uma das mais praticadas entre os magistrados

TIAGO PARRELA



Alberto Diniz e magistrados após a corrida da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal

Magistrados e familiares participaram, no dia 17 de março, da 3ª edição da “Corrida em Apoio à Polícia Federal no Combate à Corrupção”, promovida pela Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal (ADPF), que contou com o apoio da Amagis.

O evento aconteceu na orla da lagoa da Pampulha em Belo Horizonte, teve provas de 5KM, 10KM e 14KM e contou com 6.550 inscritos praticando atividade física ao ar livre.

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, esteve presente e disse que a Associação apoia e incentiva a promoção de eventos esportivos que estimulam hábitos saudáveis e de cuidado com a saúde. Em pesquisa feita pela Amagis no ano passado, constatou-se que a corrida é o esporte mais praticado entre os magistrados.

O juiz Marcelo Fioravante destacou que o apoio da Amagis é muito positivo, pois conjuga a promoção e cuidado à saúde dos associados com a iniciativa de combate à corrupção e valorização das polícias. “A ação promove a saúde

e o lazer dos magistrados aliada a uma atitude de combate à corrupção e valorização das instituições associadas. Espero que estimule mais os magistrados a participarem de outras edições”, avaliou Fioravante.

A juíza Mariana de Lima Andrade disse que, dessa forma, a Amagis demonstra ter um cuidado muito especial com o bem-estar do magistrado, pelo fato de ter uma profissão tão enquadrada e formal, que pode gerar quadros de estresse, depressão e sedentarismo. “Precisamos participar de atividades ao ar livre, de menor impacto ao raciocínio, voltadas para o lúdico, o esporte e as artes. Acho ótimo esse papel da nossa Associação, que busca essa promoção de ações com esse viés, na busca do bem-estar do associado e que passa também pelo esporte”, considerou a magistrada.

A juíza Kenea Damato, ouvidora da Amagis Saúde, representou o presidente da Amagis na premiação das provas, contemplando os cinco primeiros colocados, nas modalidades masculino e feminino. ●

CONVÊNIOS

● Fundação Escola Superior do Ministério Público

Desconto de 10% para qualquer curso do site fesmpmg.org.br.

Telefone: [31] 3295-1023

Endereço: Rua Timbiras 2.928, 4º andar, Barro Preto – BH

● By The Words Idiomas

Curso de idioma com 30% de desconto para associados da Amagis.

Telefone: [31] 3332-0886

Endereço: Rua Oeste, 305 – Prado – BH

● Luziana Lanna Idiomas

Descontos de 35% nas mensalidades dos cursos de inglês, espanhol, francês, árabe, mandarim, italiano, alemão, chinês, japonês e português para estrangeiros.

Telefone: [31] 3504-0880 ou 99288-0543

Site: luziannalanna.com.br

● Centro de Estudos em Direito e Negócios – Cedin

Desconto de 40% para pós-graduação em Direito do Trabalho, no pagamento à vista ou parcelado, não inclusa a taxa de matrícula. Desconto de 20% nos cursos de pós-graduação em Direito de Energia, Direito dos Contratos, Direito Eleitoral, Direito Notarial e Registral,

Estudos Diplomáticos, Direito da Mineração, Negócios no Esporte e Direito Desportivo, Direito Internacional, Direito Empresarial, Direito Tributário, Processo Civil com ênfase em Recursos, Advocacia Estratégica e Novas Tecnologias, Governança, Riscos, Controles e Compliance.

Telefone: [31] 3223-4133

Endereço: Rua Alagoas, 772, 4º andar – Funcionários – BH



BAÚ DE ACORDES

“Canto Guerreiro - Levantados do Chão”

Tiago Parrela - Considerado uma das vozes da atualidade mais importantes da música brasileira, o músico paulista Renato Braz lançou, no final do ano de 2018, aos 50 anos de idade, o disco “Canto Guerreiro - Levantados do Chão”, que reúne composições de Milton Nascimento, Chico Buarque, Paulo César Pinheiro, Gilberto Gil, John Lennon e Paul McCartney, entre outros.

O músico estreou em disco no ano de 1996 e de lá pra cá gravou diversos álbuns, entre eles “Canela” com o Quarteto Maogani, que reúne clássicos latino-americano acompanhado de quatro violões. Em outro álbum, o artista recria

o clássico da Internacional Socialista.

Em “Canto Guerreiro - Levantados do Chão”, Renato Braz ergue a voz para soar como um brado de guerreiro. Canções que falam de luta e sobrevivência revelando o caráter utópico das composições e do artista. “Ne me quitte pás” [clássico da música francesa] e “Un vestido y un amor” [já da música latino-americana] apresentam o lado romanesco e intenso do artista no disco.

Levando na bagagem grandes referências da música popular brasileira, do cancionero tradicional aos compositores atuais, o músico interpreta e dá nova roupagem para cada canção.

É de um grande arrebatamento ouvir as composições na forma como foram criadas, mas, encontrar quem transforme estas mesmas composições, com nova interpretação, arranjo, tonalidades próprias, é a “licença poética” musical, que recria essas canções e demonstram a amplidão de possibilidades que a composição possui.

O artista reúne participações de peso no disco, como Chico Buarque, Gilberto Gil, Milton Nascimento, Dori Caymmi, Guinga, Paul Winter, Mário Gil, Bré, Paulo César Pinheiro, Nailor Proveta, Nelson Ayres, Cristovão Bastos, Eduardo Gudin e o grupo Maogani. ●

AGENDA CULTURAL

MÚSICA

● ZÉ RAMALHO

Data: 13 de abril

Horário: 22h

Local: Km de Vantagens Hall (BH)

Ingressos: R\$ 440 a R\$ 249 (inteira) e R\$ 220 a R\$ 120 (meia)

Informações:

premier.ticketsforfun.com.br

● ROSA CHOQUE - OS CONECTORES

Data: 13 de abril

Horário: 20h

Local: Centro Cultural Minas Tênis Clube

Ingressos: R\$ 40 (inteira) e R\$ 20 (meia)

Informações:

centroculturalminastc.com.br

● ERASMO CARLOS - AMOR É ISSO

Data: 10 de maio

Horário: 21h

Local: Cine Theatro Brasil

Ingressos: R\$ 60 (inteira) e R\$ 30 (meia)

Informações:

cinetheatrobrasil.com.br

● IL DIVO - TIMELESS

Data: 14 de maio

Horário: 21h

Local: Km de Vantagens Hall (BH)

Ingressos: R\$ 120 a R\$ 23

Informações:

filarmonica.art.br

● LULU SANTOS

Data: 1 de junho

Horário: 22h

Local: Km de Vantagens Hall (BH)

Ingressos: R\$ 100 (inteira) e R\$ 50 (meia) pista e arquibancada; R\$ 200 (inteira) e R\$ 100 (meia) pista vip

Informações:

premier.ticketsforfun.com.br

● GOD SAVE THE QUEEN

Data: 14 de junho

Horário: 22h

Local: Km de Vantagens Hall (BH)

Ingressos: R\$ 100 (inteira) e R\$ 50 (meia); R\$ 720 (mesa 4 lugares)

Informações:

premier.ticketsforfun.com.br

● FÁBIO JÚNIOR

Data: 14 de junho

Horário: 22h

Local: Km de Vantagens Hall (BH)

Ingressos: R\$ 80 (inteira) e R\$ 40 (meia) pista e arquibancada; R\$ 480 (mesa 1, com 4 lugares) e R\$ 400 (mesa 2, com 4 lugares)

Informações:

premier.ticketsforfun.com.br

TEATRO

● AQUELES DOIS

Data: 12 de abril

Horário: 20h

Local: Teatro do Centro Cultural Minas Tênis Clube

Ingressos: R\$ 40 (inteira) e R\$ 20 (meia)

Informações:

centroculturalminastc.com.br

● CASA DE BONECAS - PARTE 2

Data: 27 e 28 de abril

Horário: 21h (sábado) e 19h (domingo)

Local: Cine Theatro Brasil

Ingressos: R\$ 60 (inteira) e R\$ 30 (meia)

Informações:

cinetheatrobrasil.com.br

● PAULO GUSTAVO E DÉA LÚCIA EM: FILHO DA MÃE

Data: 10 de maio

Horário: 21h

Local: Km de Vantagens Hall (BH)

Ingressos: R\$ 220 (inteira) e R\$ 110 (meia) no setor 1; R\$ 190 (inteira) e R\$ 95 (meia) no setor 2; R\$ 120 (inteira) e R\$ 60 (meia) pista e arquibancada.

Informações:

premier.ticketsforfun.com.br

VIA JUSTIÇA

Violência contra mulher

O Via Justiça retomou a discussão da violência contra a mulher no Brasil. No Rio de Janeiro, uma paisagista quase foi morta, depois de horas seguidas de agressão. O crime aconteceu no mês de fevereiro e chocou o País. Entrevistamos a juíza Maria Aparecida Consentino Agostini, do Juizado de Violência Doméstica de Belo Horizonte, e Cláudia Pádua, psicóloga e criminóloga. [Foto]



Reconhecimento de Paternidade

O Via Justiça mostrou o trabalho do Centro de Reconhecimento de Paternidade de Belo Horizonte. O TJMG entregou, em fevereiro, mais demil resultados de DNA, reconhecendo paternidade e maternidade também. Participaram do programa, a juíza Maria Luíza Rangel Pires, da Vara de Registros Públicos de BH, e o advogado Rodrigo da Cunha, especialista em Direito de Família.

Reprodução Assistida

Há 40 anos, nasceu o primeiro bebê de proveta no mundo. Qual foi a evolução das técnicas de reprodução assistida a partir daquela experiência? O Via Justiça discutiu o Direito e a medicina reprodutiva. Participaram do programa, o desembargador Caetano Levi Lopes, da 2ª Câmara Cível do TJMG, e o advogado Cássio Brant, do Instituto dos Advogados de Minas Gerais (IAMG).

Voto feminino

No Brasil, as mulheres conquistaram o direito de votar há 87 anos, em fevereiro de 1932, por meio do decreto 21.076 do Código Eleitoral Provisório. O Via Justiça abordou as mudanças positivas que o voto feminino trouxe para as mulheres. Convidamos a juíza Roberta Rocha Fonseca, auxiliar da Corregedoria do TRE-MG, e advogada Sandra Starling, mestre em Ciência Política.

TV JUSTIÇA Quarta-feira, às 9h30 [Canais 7, 167, 21 ou 5] - **TV ASSEMBLEIA** Sexta-Feira, às 23h [Canais 11, 61.2 ou 35]
TV COMUNITÁRIA Sexta-Feira, às 23h30 [Canais 6 ou 13]

PENSAMENTO JURÍDICO

A mulher no Judiciário

O Pensamento Jurídico realizou uma série especial com a participação de magistradas, em março, mês da mulher. Quais são os desafios delas no Judiciário, que é tido como o mais tradicional dos Poderes? Há uma vocação crescente das mulheres para o Direito? Para iniciar a série, o programa entrevistou a desembargadora Mariângela Meyer Pires, 3ª vice-presidente do TJMG. [Foto]



Redução da maioridade penal

De acordo com pesquisa realizada pelo instituto Datafolha, a maioria dos brasileiros apoia a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos. Essa mudança poderia resolver o problema da criminalidade? Que outras soluções podem ser adotadas? Convidamos a juíza Júnia Maria Benevides de Souza Bueno, da Vara da Infância e Juventude de Belo Horizonte, para falar sobre o tema.

Centro de Estudos Jurídicos

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais decidiu expandir o Centro de Estudos Jurídicos, ligado à Ejef. Qual o objetivo dessa ampliação? Como os estudos podem ajudar no trabalho os servidores da Justiça? Para saber mais, conversamos com o desembargador Moacyr Lobato de Campos Filho, coordenador do Centro de Estudos Jurídicos Juiz Ronaldo Cunha Campos do Tribunal.

Feminicídio

Os últimos anos têm sido marcados pelo aumento no número de casos de feminicídios em todo o País. Em 2018, o aumento foi de 34% em relação a 2016. Cresceu também o número de processos judiciais de violência contra a mulher. Para comentar o tema, o Pensamento Jurídico entrevistou a juíza Marli Maria Braga, que é vice-presidente de Aposentados e Pensionistas da Amagis.

TV JUSTIÇA Sexta-feira, às 9h30 [Canais 7, 167, 21 ou 5] - **TV COMUNITÁRIA** Sábado, às 22h [Canais 6 ou 13]

O AGRAVO INTERNO E O DEVIDO PROCESSO LEGAL

Recurso de apelação será analisado pelo colegiado diante o provimento do agravo interno

JOSÉ AMÉRICO MARTINS DA COSTA*

No âmbito do ordenamento jurídico processual, o recurso, em seu sentido estrito, pode ser conceituado como o ato voluntário praticado pela parte que se viu sucumbente em determinada fase da demanda judicial, com o objetivo de reformar a decisão proferida pelo Juízo.

O Código de Processo Civil elenca os meios de impugnação aos pronunciamentos judiciais, especificando espécies e as suas hipóteses de cabimento. Entre elas, a possibilidade de interposição do recurso denominado Agravo Interno.

Nos termos do art. 1.021 do CPC, “contra decisão proferida pelo relator,

decisões singulares que excedam as hipóteses legais previstas, assim como aquelas que apresentem fundamentação teratológica.

Como exemplo, cita-se o Agravo Interno nº 1.0079.11.055354-6/004, interposto contra decisão monocrática proferida nos autos da Apelação nº 1.0079.11.055354-6/001.

Nesta apelação, o eminente desembargador relator declarou, de ofício, a nulidade da sentença que julgou extinta, sem resolução de mérito, a Ação de Execução ajuizada por Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados América Multicarteira, ao fundamento de que:

Sem a demonstração de que o

capacidade para atuar como instituição financeira e que, por isso, não há que se falar em nulidade da sentença, merecendo ser conhecido o recurso de apelação.

A Turma Julgadora, por maioria, deu provimento ao recurso, deixando consignado, nos termos da divergência apresentada pelo eminente desembargador Primeiro Vogal, acompanhado pelos demais integrantes da Turma, que:

- Não se admite, in casu, a negativa monocrática de seguimento determinada pelo relator, seja pela ótica do CPC/73 ou do CPC/15;

- A jurisprudência é fonte do Direito e, como tal, deve ser aplicada pelos juízes e Tribunais, o que inclusive foi fortalecido pelo CPC/15;

- O art. 25, do ADCT, não revogou a Lei 4.595/64, conforme já decidido pelo STF [RE nº 286.963, RE nº 637.787, AI nº 657.662, entre outros], quando se entendeu que apenas os dispositivos legais que atribuem/delegam competência do Congresso Nacional ao Poder Executivo seriam revogados, e não

“O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ELENCA OS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO AOS PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS, ESPECIFICANDO ESPÉCIES E AS SUAS HIPÓTESES DE CABIMENTO. ENTRE ELAS, A POSSIBILIDADE DE INTERPOSIÇÃO DO RECURSO DENOMINADO AGRAVO INTERNO”

A FINALIDADE DO AGRAVO INTERNO É DEVOLVER AO ÓRGÃO JULGADOR COMPETENTE A ANÁLISE DO RECURSO, PRIMANDO PELO JULGAMENTO COLEGIADO DIANTE DO PROVIMENTO DO AGRAVO INTERNO, O RECURSO DE APELAÇÃO SERÁ ANALISADO PELO COLEGIADO, PRESTIGIANDO-SE O PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO, ASSIM COMO O DIREITO DO JURISDICIONADO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL.

cabará agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal”.

Então, este recurso é cabível contra decisão proferida pelo desembargador relator que, valendo-se da delegação expressamente disposta no art. 932, do Código de Processo Civil, decide monocraticamente a impugnação interposta pela parte.

Assim, a finalidade do Agravo Interno é devolver ao órgão julgador competente a análise do recurso, primando pelo julgamento colegiado. Dessa forma, os advogados poderão submeter ao colegiado a análise de

proponente do contrato atende à forma estrita posta nos artigos 192, 48, X da CRFB e 25 do ADCT, não se pode reconhecê-lo como legítima instituição financeira, o que obriga a declarar a sua ilegitimidade, pressuposto de validade do processo que não pode ser suprido.

Deixou também de conhecer o recurso, porque “inadmissível, eis que manejado contra parte ilegítima para figurar no polo passivo e como credora da obrigação”.

Nas razões constantes no Agravo Interno em referência, pleiteou o agravante a reforma da decisão monocrática, ao argumento de que possui

as normas editadas enquanto vigia a competência legal;

- A súmula 381 do Superior Tribunal de Justiça, de observância obrigatória [art. 927, IV, CPC/15], dispõe que, “nos contratos bancários, é vedado ao julgador conhecer, de ofício, a abusividade das cláusulas”.

Assim, diante do provimento do Agravo Interno, o recurso de apelação será analisado pelo colegiado, prestigiando-se o princípio do duplo grau de jurisdição, assim como o direito do jurisdicionado ao devido processo legal.●

[*] desembargador da 15ª Câmara Cível do TJMG

Affonso Ávila

Benito Barreto



Estes autores já publicaram na

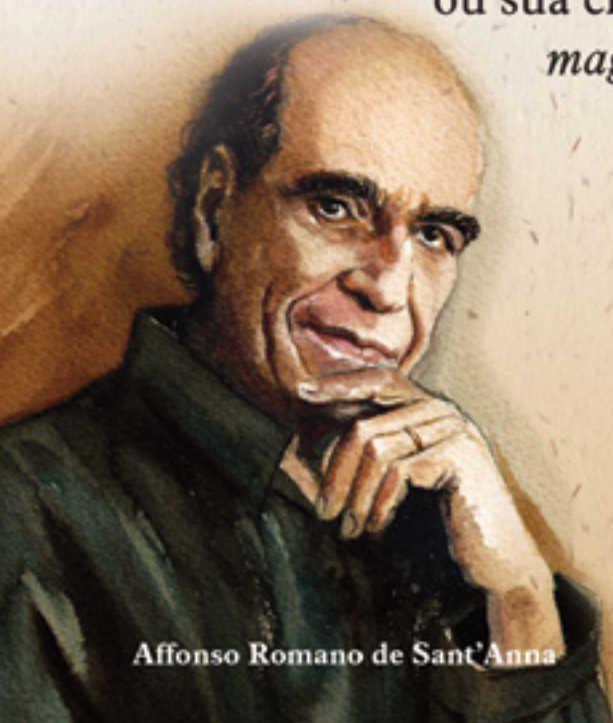
MagisCultura
Mineira

**Junto com eles, muitos juízes e
desembargadores mineiros.**

Agora falta você também publicar!

Mande seu conto, seu poema, seu artigo
ou sua crônica para a próxima edição.

magiscultura@amagis.com.br



Affonso Romano de Sant'Anna



Adélia Prado

Amagis participa de seminário no TST sobre saúde de magistrado

Juíza Rosimere representou Minas no evento em Brasília

A vice-presidente de Saúde da Amagis, juíza Rosimere Couto, participou, no dia 28 de março, do 1º Seminário Nacional sobre a Saúde dos Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do Comitê Gestor Nacional de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário.

De acordo com Rosimere Couto, o seminário foi uma oportunidade para conhecer melhor as questões referentes à saúde de classe, a fim de levar as experiências e informações mais relevantes para a Amagis Saúde, mantendo, assim, o aperfeiçoamento permanente do plano de saúde da Magistratura mineira.

A conferência magna foi proferida pela psicanalista e presidente do Núcleo de Atendimento Psicológico da Bahia, Mônica Veras.

Durante o seminário, foram debatidas questões como planos de saúde de autogestão, adoecimento de magistrados e servidores e serviços de saúde nos tribunais. A palestra de encerramento foi proferida pelo professor Titular do Instituto de Psicologia da UNB, Mário César Ferreira, que abordou a qualidade de vida no trabalho no setor público brasileiro. O se-

ABADIAS PINHEIRO/AGÊNCIA CNJ



Seminário foi realizado no Tribunal Superior do Trabalho

minário foi realizado no auditório do Tribunal Superior do Trabalho. A saúde mental dos magistrados tem merecido atenção especial da diretoria da Amagis, que conta com o trabalho do psiquiatra Octávio Saliba, na equipe do programa Amor à Vida. Em recente entrevista à Assessoria de Comunicação da Associação, Saliba fala sobre o esgotamento profissional. Veja o vídeo nos sites amagis.com.br ou amagissaude.com.br. ●

DICAS AMAGIS SAÚDE

Atendimento da Amagis Saúde

A fim de evitar contratempos para os associados no uso dos serviços vinculados à Amagis Saúde, o plano conta com o apoio do setor de atendimento para esclarecer dúvidas e orientar os usuários do convênio sobre quais providências devem ser tomadas antes de agendar um exame, procedimento ou atendimento médico.

Quais os telefones do setor de atendimento da Amagis Saúde?

O atendimento é feito por meio dos telefones [31] 3079-3478, [31] 3079-3479, [31] 3079-3480 e [31] 3079-3481.

Quais os horários de atendimento?

De segunda à sexta-feira, de 7h às

19h, e aos sábados de 8h às 13h15.

O atendimento pode ser feito presencialmente?

Sim. O atendimento presencial aos usuários da Amagis Saúde (magistrados e dependentes) é feito na Rua Albita, 194, 6º andar, no bairro Cruzeiro, em Belo Horizonte.

O associado pode ser atendido fora desses horários?

Sim. Caso necessite ser atendido durante o plantão, o usuário do plano pode ligar para o celular [31] 9 9977-2860, que funciona de segunda às sextas-feiras de 19h às 7h. Nos sábados, domingos e feriados, o atendimento do plantão é feito por 24h.



PRESIDENTE

Desembargador Alberto Diniz Junior

SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS AMAGIS

DIRETORIA DA AMAGIS SAÚDE:

Vice-presidente de Saúde

Juíza Rosimere das Graças do Couto

Diretor de Saúde

Desembargador Edison Feital Leite

Diretora Financeira

Juíza Flávia Birchal

Conselho Gestor:

Segunda Instância

Geraldo Domingos Coelho

Marco Aurélio Ferenzini

Suplentes

Valéria da Silva Rodrigues Queiroz

Edison Feital Leite

Juízes da Capital

Flávia Birchal de Moura

Kenea Marcia Damato de Moura Gomes

Suplentes

Clayton Rosa de Resende

Guilherme Azeredo Passos

Juízes do Interior

Dalton Soares Negrão

Fábio Torres de Sousa

Suplentes

Marcos Alberto Ferreira

Marcelo Carlos Cândido

Aposentados

Ana Maria de Oliveira Froes

José Maria dos Reis

Suplentes

José Nicolau Masseli

Paulo Mendes Álvares

Ouvidora da Amagis Saúde

Juíza Kenea Márcia Damato de Moura

Gomes

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Bacvaroff • Mtb - MG: 08441

Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188

Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Izabela Machado • Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico: Agência Graffo

Diagramação:

Publicare Design

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

Rua Albita, 194 • Cruzeiro - Belo Horizonte • MG - Telefax: [31] 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

Médica alerta para riscos e cuidado com a pele

Dermatologistas podem indicar os tratamentos mais eficazes

POR IZABELA MACHADO

Rugas, manchas, flacidez e ressecamento são resultados do processo natural de envelhecimento da pele. Todos esses sinais também podem ser acelerados devido à ação de outros fatores, como exposição solar sem proteção, tabagismo, privação do sono e consumo de bebidas alcoólicas.

Para ajudar a retardar o processo de envelhecimento ou amenizar as imperfeições resultantes dele, há uma série de produtos e procedimentos realizados por dermatologistas. Buscar esse especialista garante, além de bons resultados, um tratamento mais seguro e com menos riscos de complicação.

Um dos produtos mais utilizados por quem deseja eliminar rugas é a toxina botulínica – o famoso botox. Com o passar do tempo, de tanto a pessoa fazer movimentos repetitivos com a face, surgem marcas permanentes na testa, entre as sobrancelhas, perto dos olhos e da boca. Para a médica dermatologista Manuella Soares, o momento ideal para iniciar o uso do botox é aquele em que a pessoa começa a se sentir incomodada com as marcas no rosto.

O botox é indicado também para rugas do pescoço, para tratar o suor excessivo e a superexposição da gengiva. Os resultados começam a aparecer uma semana após a aplicação. Ao

AMAGIS



Manuella Soares, dermatologista

final de 15 dias, é obtido o resultado completo. “A aparência buscada com a aplicação do botox deve ser a mais natural possível para se evitar um congelamento da face”, alertou a especialista. O produto deve ser reaplicado a cada seis meses, em média.

Outro procedimento muito procurado nos consultórios é o preenchimento facial. A substância mais utilizada para definição e volume é o ácido hialurônico. Além de hidratar a pele, o produto suaviza as olheiras e recupera o contorno de áreas como os lábios. “Além de fazer a hidratação, o ácido volumiza e volta a definir os contornos faciais perdidos com o passar do tempo, preenchendo sulcos e linhas. Todos esses tratamentos têm que ser indivi-

dualizados e discutidos entre paciente e médico”, afirmou a dermatologista.

Para celulite, flacidez e gordura localizada, há diversas técnicas e aparelhos como a criolipólise, a radiofrequência, o ultrassom e substâncias injetáveis. Antes de optar por um deles, é fundamental fazer uma avaliação com o dermatologista para que seja analisado o fototipo do paciente, o grau de envelhecimento da pele e o método mais indicado.

Outro ponto que merece destaque quando o assunto é uma pele sadia é o uso de protetor solar. De acordo com Manuella Soares, o produto deve ser aplicado duas vezes ao dia, mesmo que a pessoa não se exponha ao sol, já que a luz emitida por aparelhos como computador, tablet e smartphone também agride a pele. “Quem não tem nenhuma doença de pele pode usar o protetor com fator de proteção solar (FPS)30, que já garante um índice de proteção de 90%. Outros casos devem ser avaliados pelo médico”, disse Manuella Soares.

No entanto, a médica ressaltou que nenhum método será realmente eficaz se não for aliado a hábitos saudáveis, como uma alimentação balanceada, prática de exercícios físicos, ingestão de água e uma boa noite de sono. “Se não tivermos um estilo de vida equilibrado, os resultados não serão satisfatórios, mesmo dentro da medicina estética”, advertiu a especialista. ●

AMAGIS SAÚDE: ATENDIMENTO PESSOAL E HUMANIZADO

A fim de aprimorar cada vez mais os serviços prestados pela Amagis Saúde, a partir deste mês, o jornal DECISÃO irá publicar um breve perfil dos colaboradores do plano, tornando o atendimento oferecido aos associados e usuários da Amagis Saúde cada vez mais pessoal e humanizado.

Marina Shizuko – Graduada em enfermagem com MBA em Auditoria e Gestão da Qualidade Aplicada aos Serviços de Saúde, Marina ingressou no plano em 2010 para compor a auditoria médica. Em 2013, ela assumiu a coordenação da Amagis Saúde, tendo, entre outras atribuições, o desenvolvimento estratégico, tático e operacional do plano. Em 2017, tomou posse na diretoria de Treinamento e Desenvolvimento da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde de Minas Gerais, cargo que ocupa até hoje.

GEORGIA BAÇVAROFF



Marina Shizuko, coordenadora da Amagis Saúde

Ouvidoria da Amagis Saúde é certificada

Reconhecimento foi conferido pela ABO e UNIDAS

A Ouvidoria da Amagis Saúde recebeu, no dia 21 de março, a certificação da Associação Brasileira de Ouvidores/Ombudsman (ABO) e da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (UNIDAS), que garante a excelência no atendimento dos ouvidores e suas equipes, seja no ambiente corporativo ou público.

De acordo com a juíza Kenea Márcia Damato de Moura, ouvidora da Amagis Saúde, a certificação é um reconhecimento do trabalho desenvolvido ao longo dos anos pela diretoria da Associação e membros do Conselho Gestor de Saúde, que estão sempre atentos para as questões mais sensíveis do plano, buscando oferecer aos usuários o melhor serviço possível.

Segundo a magistrada, contribuir para o aperfeiçoamento da Amagis Saúde na medida em que estreita a comunicação com credenciados e usuários do plano, acolhendo as ques-

UNIDAS



Capacitação em Ouvidorias foi promovida pela ABO e a Unidas em São Paulo

tões por eles colocadas, por meio de uma escuta atenta e imparcial, a fim de buscar soluções para eventuais problemas que possam ocorrer.

A certificação foi conferida à Amagis Saúde após o 2º Curso de Capacitação e Certificação de Ouvidoria em Saúde, realizado nos dias 13 e 14 de

março, na cidade de São Paulo. Foram abordados temas como ouvidoria e saúde na era do cliente, mediação de conflitos, excelência no atendimento, ética, bioética, compliance e gestão em ouvidoria. O plano foi representado pela coordenadora da Amagis Saúde, Marina Shizuko. ●

Plano promoverá campanha de vacinação contra gripe

Ação preventiva visa associados e seus familiares

Nos próximos meses, a Amagis Saúde deverá promover a campanha anual de vacinação contra a gripe, para imunizar os associados e seus dependentes contra a doença, cuja incidência tende a aumentar com a queda de temperatura que, geralmente, ocorre em meados de junho, com a chegada do inverno.

Esse período, além da gripe, regis-

tra uma maior ocorrência de enfermidades como rinite alérgica, otite, sinusite, amigdalite, asma e pneumonia, que estão associados ao frio, baixa umidade do ar, maior concentração de poluentes, que facilita a circulação de vírus e bactérias.

Além da vacina, cuidados como manter o ambiente limpo e ventilado,

evitar grandes aglomerações e lugares fechados e pouco arejados, ingerir muito líquido e lavar as mãos com frequência, entre outras, são medidas preventivas simples e eficazes para o combate a doenças respiratórias. Saiba mais sobre a vacinação que será promovida pela Amagis nos sites da amagis.com.br e amagissaude.com.br. ●